

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 13 de agosto de 2020 às 07h50
Seleção de Notícias

Folha de S.Paulo | BR

Propriedade Intelectual

A falta de diálogo	3
---------------------------------	----------

TENDÊNCIAS/DEBATES

Correiobraziliense.com.br | BR

12 de agosto de 2020 | Direitos Autorais

Comunidade musical se mobiliza contra isenção de pagamento de direitos autorais	5
--	----------

MÚSICA | CORREIO BRAZILIENSE

G1 - Globo | BR

12 de agosto de 2020 | Patentes

Apple deve pagar US\$ 500 milhões por violações de patentes	7
--	----------

Último Segundo - IG | BR

12 de agosto de 2020 | Pirataria | Biopirataria

Publicado decreto que confirma Brasil no Protocolo de Nagoia	8
---	----------

BRASIL | AGÊNCIA BRASIL

Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | BR

Direitos Autorais

A reunião de Mário Frias com Gil, Milton Nascimento e outros para tratar dos... direitos autorais	9
--	----------

TELMA ALVARENGA

Migalhas | BR

12 de agosto de 2020 | ABPI

A ratificação do Protocolo de Nagoia e os reflexos para a indústria cosmética	10
--	-----------

12 de agosto de 2020 | Marco regulatório | INPI

INPI concede o primeiro alto renome da Hypera para a marca Neosoro	14
---	-----------

12 de agosto de 2020 | Marco regulatório | INPI

MIGALHAS nº 4.914	15
--------------------------------	-----------

A falta de diálogo

TENDÊNCIAS/DEBATES

Projeto na Câmara quer cortar remuneração de artistas sem ouvi-los Gilberto Gil

Cantor, compositor e ex-ministro da Cultura (2003 - 2008 , governo Lula)

A falta de diálogo vem interditando a participação e o debate na sociedade brasileira. E vou buscar como exemplo um fato que envolve, neste momento, a música brasileira, um dos traços mais marcantes da nossa cultura. O cenário é o Congresso Nacional.

Em meio à maior angústia vivida pela saúde pública mundial e suas consequências econômicas e sociais, alguns políticos decidiram investir contra os **direitos** autorais que garantem a sobrevivência de compositores, músicos e cantores. Estamos falando de uma iniciativa recente, no Congresso, de um projeto que, se aprovado, impactará diretamente 400 mil pessoas e suas famílias.

Por meio das MPs 907 e 948, tentaram, recentemente, permitir que o setor hoteleiro deixasse de pagar os **direitos** autorais pela execução pública das obras musicais em quartos de hotéis. Ao setor hoteleiro, uniram-se vários outros setores, todos com o mesmo objetivo: não pagar pelo uso de obras musicais.

Não conseguiram, mas não desistiram. Em sessão remota prevista para breve, a Câmara poderá aprovar, sem ouvir os titulares de **direitos** autorais, um requerimento de urgência ao projeto de lei 3.968 de 1997, ao qual estão apensados mais de 50 outros projetos, todos buscando a isenção do pagamento da remuneração que autores, músicos e intérpretes têm o direito de receber pelo uso de suas obras musicais.

A questão aqui colocada é que a Constituição, a Lei Federal de **Direitos** Autorais e normas internacionais de proteção à **propriedade** intelectual garantem aos autores o domínio sobre suas obras e o devido pa-

gamento pela execução pública de suas criações.

Em 2013, a sociedade abriu uma ampla discussão, que resultou em diversas mudanças na Lei de **Direito** Autoral. Se o Congresso agora entende que esta lei deve ser revista, nós, artistas e entidades que nos representam, estamos dispostos a discutir o assunto. Queremos e devemos ser convocados para essa discussão. Não concordamos - é importante que se diga - nem com o momento nem com a forma com que essa revisão está sendo proposta, pressupondo, de boa-fé, que a intenção do Congresso é, de fato, avançar nessa questão.

É um contrassenso que essa questão seja levada ao Congresso, de afogadilho, sem o contraditório e o confronto de opiniões, sem que todos os segmentos envolvidos se sentem à mesa.

Perguntamos: para onde foi o diálogo? A democracia pressupõe a participação de todos na definição dos processos políticos. Ouvir todas as partes interessadas nas questões que lhes dizem respeito é a norma do jogo democrático.

E descabido e desumano que isso ocorra em meio a um momento inédito de pandemia, quando milhões de brasileiros sofrem com incertezas em relação à sua saúde, convivem indefesos e impotentes com a morte diária de pessoas vitimadas por uma doença ainda não totalmente conhecida e enxergam um futuro econômico incerto.

Além de descabido e desumano, é traiçoeiro sacar de um projeto de 1997, anterior a uma lei que foi votada e aprovado em 2013. Todo esse movimento em falso para beneficiar interesses econômicos em detrimento da sobrevivência de milhares de trabalhadores. Sim, artista é trabalhador. Não podemos esquecer desse aspecto fundamental na discussão que precisa ser feita.

A indústria da música é uma parte importante da eco-

Continuação: A falta de diálogo

nomia criativa do Brasil, e no meio da crise buscou se reinventar. Munidos de uma tecnologia da comunicação cada vez mais sem fronteiras, os artistas apostaram nas lives para chegar ao seu público. E tem sido assim nesses tempos em que não podemos nos abraçar, encontrar as pessoas que amamos nem nos divertir com segurança.

Portanto, a música está na contramão das medidas que tentam tolher a capacidade criativa dos artistas, impondo-lhes num momento tão difícil maiores restrições econômicas. Temos esperanças de que nenhuma medida nesse sentido uma afronta ao Estado democrático de Direito- será aprovada sem que os artistas sejam chamados ao palco de debates para expor sua opinião na defesa dos seus direitos.

Evitar o debate, além de não democrático, pode soar como intolerância, palavra tão utilizada ultimamente no que tange às relações humanas e políticas e que deve estar longe, também, das questões que envolvam a cultura - essa dimensão simbólica que nos caracteriza e nos liberta, tão preciosa na construção de nossas identidades como povo e nação.

-

Se o Congresso agora entende que esta lei [a Lei de **Direito** Autoral] deve ser revista, nós, artistas e entidades que nos representam, estamos dispostos a discutir o assunto. Queremos e devemos ser convocados para essa discussão

Comunidade musical se mobiliza contra isenção de pagamento de direitos autorais

MÚSICA

O plenário da Câmara dos Deputados deve votar nesta quinta-feira (13/8) o projeto de lei que isenta órgãos públicos e entidades filantrópicas do pagamento de **direitos** autorais pela execução de obras musicais e lítero-musicais postado em 12/08/2020 17:58 / atualizado em 12/08/2020 18:28

(foto: Reprodução/Instagram)

Comunidade musical se mobiliza contra resolução que isenta órgãos públicos e entidades filantrópicas do pagamento de **direitos** autorais pela execução de obras musicais e lítero-musicais. O plenário da Câmara dos Deputados incluiu, na pauta desta quinta-feira (13/8), a votação do Projeto de Lei 3968/1997, que faz referência à isenção.

O deputado Newton Cardoso Jr (MDB/MG) entrou com um requerimento de urgência para incluir a matéria na pauta de votação. O PL traz ainda propostas apensadas que ampliam as isenções, incluindo, no grupo de beneficiários, os proprietários de hotéis, motéis e de transporte.

A comunidade musical vem se posicionando contra a resolução, vista como um ataque à classe artística, sobretudo, em um contexto no qual os trabalhadores do ramo se encontram em situação delicada devido à pandemia do novo coronavírus. Eles buscam pressionar os deputados para votarem contra o projeto.

Ver essa foto no Instagram

Mais um direito do trabalhador sendo ameaçado !!! Agora é na música !!! Todo o trabalhador que atua na gravação de uma música, que cria um fonograma (música registrada), pode deixar de receber seus direitos. E isso não prejudica só os compositores não, quem gravou, ganzá, cavaquinho, zabumba, flauta, e que recebe

seus direitos conexos, deixará de receber caso essa alteração na lei dos **direitos** autorais seja concretizada... E isso tudo justamente num momento onde a classe musical está sendo mais afetada !!! Portanto amigos músicos, isso não atinge só "os grandes" não ... Fiquem atentos !!
???????????????????????????????? #naoapl3968/1997 #pl3968/97nao #3968/1997 #direitos #3968/97 #direitosautorais #mobilizaçãomusical @newtoncardosojr felipecarreras @arthurlira.deputa dofederal @mauriciodzedricki @magdamofatto.goias @pedrolucasfernandes @wolneyqueiroz @pauloganime @herculanopassosoficial @deputadoleomoraes

Uma publicação compartilhada por Junior Russo (@junior_russo_) em 7 de Ago, 2020 às 1:04 PDT

Ver essa foto no Instagram

Vão votar nessa quinta, e pronto! Nos ajudem a subir as tags? Pressionem os seus parlamentares. Veja de que lado estão... O projeto de lei 3968/97 vem sendo ressuscitado novamente e com pedido de urgência por parte de alguns deputados na câmara. Como podem ver pelo nome, ele foi criado no ano de 1997 e durante esses 23 anos foi ganhando apensos e outros projetos CONTRA OS **DIREITOS** AUTORAIS foram se tornando "afluentes" dele. Mais uma vez colocado em pauta com a justificativa de isentar órgãos públicos e entidades filantrópicas do pagamento de **direitos** autorais, mas ELE TRÁS INÚMEROS PROJETOS ESCONDIDOS NA MANGA que criam várias outras isenções e, SE APROVADO, ABRE PRECEDENTE PARA AS DEMAIS! E aí nesse cenário, seremos obrigados a VER O FIM DOS **DIREITOS** AUTORAIS NO BRASIL!!! Pelos nossos direitos, pela manutenção da renda de 300 mil famílias, pela inconstitucionalidade do projeto, por mais uma vez

Continuação: Comunidade musical se mobiliza contra isenção de pagamento de direitos autorais

tentarem usurpar nossa renda EM PLENA PAN-
DEMIA e pela VIDA DA MÚSICA BRASILEIRA,
NÓS SOMOS CONTRA O #PL3968 de 1997!!!
#NAOAOPL3968/97 #SAL-
VEMOSDIREITOSAUT ORAIS #BRA-
SILSEMMUSICA #RESPEITEMEUDIREITO
#RESPEITEMINHAARTE #ECAD

Uma publicação compartilhada por Sergio Jr. (@eu-sergiojr) em 11 de Ago, 2020 às 7:56 PDT

Tags Câmara dos Deputados **direitos** autorais música PL

Correio Braziliense

Apple deve pagar US\$ 500 milhões por violações de patentes

Apple. - Foto: Thomas Peter/Reuters

Apple. - Foto: Thomas Peter/Reuters

A Apple deve pagar mais de US\$ 500 milhões em danos e juros por infringir **patentes** de 4G que pertenciam à empresa PanOptis, decidiu um tribunal do Texas, nos EUA. A gigante da tecnologia vai apelar da decisão, de acordo com a imprensa local.

A PanOptis, especializada em licenças de **patentes**, processou a Apple em fevereiro do ano passado, alegando que a empresa se negou a pagar pelo uso de tecnologias 4G LTE em seus smartphones, tablets e relógios.

"Os demandantes negociaram reiteradamente com a Apple para alcançar um acordo para uma licença FRAND que permita o uso dos portfólios de patentes dos demandantes, que a Apple está infringindo", afirma um documento do tribunal.

"FRAND" faz referência a termos que são "justos, razoáveis e não discriminatórios", o padrão da in-

dústria para o uso de tecnologias.

"As negociações não tiveram sucesso porque a Apple se nega a pagar uma taxa pela licença dos demandantes", completa o documento.

A Apple argumentou sem sucesso que as patentes eram inválidas, de acordo com publicações legais.

"Processos como este, por empresas que acumulam patentes simplesmente para assediar a indústria, servem apenas para sufocar a inovação e prejudicar os consumidores", afirmou a Apple em um comunicado.

O caso é uma de várias demandas por violações de **patentes** apresentadas por empresas especializadas em licenças, que não fabricam nenhum produto, mas têm direitos sobre certas tecnologias.

A justiça do Texas já decidiu duas vezes contra a Apple, que foi condenada a pagar centenas de milhões de dólares a VirnetX - outra empresa especializada em litígios por patentes.

Publicado decreto que confirma Brasil no Protocolo de Nagoia

BRASIL



> > Cristian Dimitrius/NatGeo Jacarés no Pantanal Matogrossense: biodiversidade brasileira, considerada uma das maiores do mundo, fica protegida, para gerar benefícios no próprio país

O Diário Oficial da União publicou, nesta quarta-feira (12), o Decreto Legislativo 136/2020, que **confirma** a participação do Brasil no Protocolo de Nagoia. O tratado internacional **estabelece** regras para a divisão entre os países dos benefícios, monetários e não monetários, resultantes de pesquisas genéticas com a biodiversidade (como plantas e animais) e a utilização do conhecimento tradicional de comunidades indígenas e locais.

O documento ainda trata de **pontos** como pagamento de royalties, estabelecimento de joint ventures (associação de empresas), financiamentos de pesquisa, compartilhamento de resultados e **transferência** de tecnologias e capacitação.

Também **determina** que o acesso de um país a **recursos** genéticos de outro, como plantas e animais, dependerá de consentimento prévio e regras justas e não arbitrários na concessão de acesso.

Aprovação do Congresso

O protocolo é um **acordo** acessório à Convenção so-

bre **Diversidade** Biológica, elaborada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92). Foi concluído durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção (COP-10), em 2010, no Japão, e assinado pelo Brasil no ano seguinte.

Como é um tratado internacional, a entrada em vigor no Brasil dependia de aprovação do Congresso Nacional e ainda precisa da **promulgação** de um decreto presidencial.

O texto do protocolo foi debatido e aprovado na Câmara dos Deputados em julho, com parecer favorável do deputado Alceu Moreira (MDB-RS). No Senado, o projeto (PDL 324/2020) foi **aprovado** no último dia 6 de agosto, com parecer favorável do senador Fernando Collor (Pros-AL).

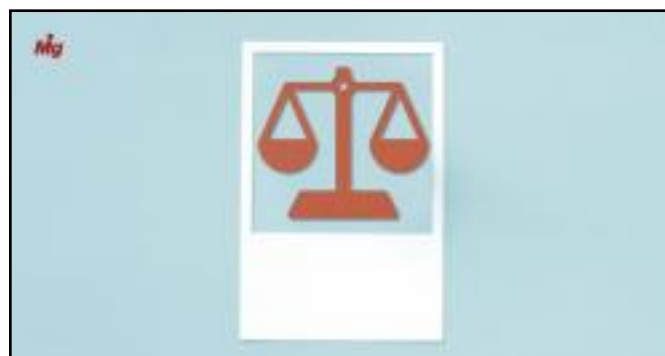
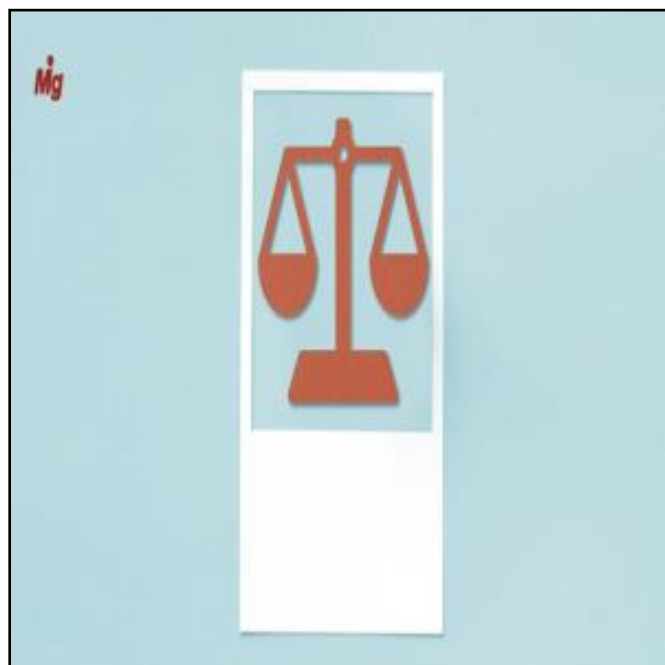
A reunião de Mário Frias com Gil, Milton Nascimento e outros para tratar dos... direitos autorais

Por **Telma Alvarenga**



O novo secretário de Cultura, Mário Frias, se reuniu ontem, por videoconferência, com um grupo de artistas, como Gilberto Gil, Milton Nascimento, Paula Fernandes e Frejat. Além de representantes de entidades como Ecad e UBC. Em pauta, projetos de lei em pauta na Câmara que tratam da questão dos **direitos** autorais e que, segundo a classe, podem ter consequências drásticas na vida dos autores. **Vento...** Cogita-se até, acredite, isentar de pagamento ao Ecad, que remunera artistas da música, pelo uso de composições em festas populares como carnaval e São João. Nesse caso, os artistas ligados a essas áreas passariam a viver de vento.

A ratificação do Protocolo de Nagoia e os reflexos para a indústria cosmética



t



t

O Brasil está a um passo de aderir à regra global¹ de acesso aos **recursos** genéticos, uma vez que o Congresso aprovou em 06 de agosto de 2020 o Projeto de Decreto Legislativo 324/20, que ratifica o Protocolo de Nagoia no Brasil.

O Protocolo passará a ter pleno vigor no Brasil, 90 (noventa) dias após a data em que o Governo depositar o instrumento de ratificação junto à Organização das Nações Unidas.

I) O que é o Protocolo de Nagoia (aqui chamado simplesmente Protocolo)?

Trata-se de um tratado internacional que decorre da Convenção sobre **Diversidade** Biológica (CDB)² e procura implementar um dos principais objetivos da CDB, que é a repartição de benefícios, ou seja, a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de **recursos** genéticos pelos países usuários (que acessaram **recursos** genéticos) com os países provedores (países de origem destes recursos). Trata-se, em apertadíssima análise, de um instrumento que permite que os países provedores disciplinem a forma que outros países/usuários tenham conhecimento e obedeçam às suas regras de acesso e repartição de benefícios.

II) Quais são os reflexos para a indústria nacional com a adesão ao Protocolo de Nagoia?

Em primeiro lugar, vale frisar que o Protocolo cria direitos e obrigações para as partes contratantes, ou seja, o Estado brasileiro é quem se compromete num primeiro momento, não havendo impacto inicial para a indústria, mas, obviamente, haverá reflexo secundário para o mercado, pois o Estado deverá se adaptar em obediência às regras do Protocolo. Este reflexo secundário para a indústria, resulta em diversas frentes, desde a pesquisa e desenvolvimento, que demandará ao empresário uma atenção maior ao

Continuação: A ratificação do Protocolo de Nagoia e os reflexos para a indústria cosmética

uso dos insumos e matérias-primas estrangeiras - o que significa identificar as regras de acesso e repartição de benefícios do país provedor daquela determinada matéria-prima - como também para a fabricação e exportação de produtos. Por outro lado, haverá também impacto indireto para direitos de propriedade industrial resultantes. Neste campo, vale lembrar que o Brasil possui regras bastante rígidas para a **concessão** de patentes que possuem ativos da **biodiversidade** brasileira (seja para a indústria local ou sediada no exterior) e que se sujeitará ao mesmo nível de exigência lá fora, com a provável e definitiva ratificação do Protocolo.

Algumas questões são controversas e muito sensíveis, sendo que seguramente uma delas é a interpretação se a ratificação do Protocolo possui efeitos retroativos. Nos parece, a princípio, que não há que se falar em retroatividade, pois não houve qualquer menção sobre isso no conteúdo do Protocolo, além do que o próprio texto aprovado pelo Senado contempla a irretroatividade do Protocolo.

Há uma peculiaridade na legislação brasileira, que, aparentemente, se choca com a regra geral de não retroatividade do Protocolo. O legislador brasileiro definiu que os usuários que não haviam acessado regularmente o patrimônio genético/conhecimento tradicional associado ou ainda, tivessem deixado de repartir benefícios na vigência da Medida Provisória 2.186-16/2001, poderiam fazê-lo, desde que repartissem benefícios pelo período prévio, além de assumirem outras obrigações através de uma espécie de ajustamento com o Estado, formalizado através de um Termo de Compromisso³. A situação anômala que se coloca é a seguinte: se a interpretação para o Protocolo é que se trata de uma norma não retroativa, as empresas estrangeiras teriam uma vantagem competitiva frente às indústrias brasileiras, que tiveram que obedecer piamente ao processo de regularização (assinando acordo com o Governo, se cadastrando e repartindo benefícios, sob pena de autuação). Se a interpretação que prevalecer, no entanto, for no sentido de que as regras do Protocolo são retroativas, apli-

cam-se para as empresas estrangeiras as mesmas regras já previstas para as empresas brasileiras.

As respostas para os receios acima (do Brasil deixar de receber divisas, ou ainda, de ser obrigado a arcar com valores que podem impactar em seu Produto Interno Bruto) nos parece que dependerão, notadamente, das negociações futuras que advirão do encontro das Partes e isso dependerá, obviamente, de como o Brasil se portará nestas discussões.

III) Alguns aspectos que necessitarão de adequação legislativa, a fim de cumprir com o Protocolo de Nagoia.

Alguns aspectos já chamam a atenção e merecerão discussão sobre os impactos na legislação local:

i) Segurança jurídica quanto as regras de acesso e repartição de benefícios e a necessidade de se buscar equilíbrio (equidade e justiça) na negociação de termos (acordos) entre provedores e usuários. O equilíbrio nas negociações é que deverá prevalecer, a fim de que o Protocolo seja um instrumento de igualdade e não cause danos às economias locais. O país aderirá ao Protocolo com interesses tanto como provedor, como também como usuário, ou seja, uma verdadeira via de mão dupla, o que reforça a necessidade de se preparar profundamente).

ii) Conceitos novos trazidos pelo Protocolo que deverão se harmonizar frente ao conceito de acesso previsto na legislação local. A novidade do Protocolo, frente a legislação local, é que o Protocolo definiu os conceitos de "biotecnologia" e "derivado". Assim, ou a legislação local adapta estes conceitos para que haja leitura harmônica com os conceitos internos sobre P&D (que é um conceito chave para a legislação, pois é a definição de acesso ao patrimônio genético), ou prevalecerá os conceitos trazidos pelo Tratado.

iii) Diferença entre o conceito da repartição de benefícios do Protocolo (mais abrangente) e da lei local (mais restritivo). Sustenta o Artigo 5 do Protocolo de

Nagoia que haverá repartição de benefícios pelo uso "bem como pelas subsequentes aplicações e comercialização". Importante lembrar que a legislação local restringiu a repartição de benefícios apenas e tão somente ao fabricante de produtos acabados⁴ ou o produtor do material reprodutivo, isentando o restante da cadeia, inclusive aqueles que realizam a pesquisa ou os fabricantes de produtos intermediários. Neste aspecto, o país deverá avaliar se mantém regras pós ratificação, ou se deixa a repartição de benefícios mais abrangente como define o Tratado.

iv) O Protocolo possui como regra geral a necessidade de "consentimento prévio", não apenas para Conhecimento Tradicional Associado, mas também para acesso aos **recursos** genéticos. Como se sabe, o Brasil definiu que o acesso ao patrimônio genético (regra geral) dispensa a necessidade de autorização prévia para acesso ao patrimônio genético, exigindo, todavia, que haja associação do usuário estrangeiro com empresa nacional para os fins do cadastro do acesso junto ao SISGEN. Caberá ao país decidir se há necessidade de criar um mecanismo contendo consentimento prévio para entes estrangeiros ou se bastaria a regra hoje existente.

v) Define o Protocolo que cada Parte designará um ponto focal nacional, uma autoridade nacional e um ponto de controle (checkpoint). Resumidamente, o ponto focal deverá disponibilizar informações sobre os procedimentos para obtenção de consentimento prévio informado. No que diz respeito a autoridade nacional, o Protocolo define que será responsável pela concessão do acesso. Finalmente, define o Protocolo que cada parte tomará medidas para monitorar e para intensificar a transparência relativa à utilização de **recursos** genéticos, sendo que uma destas medidas é a designação de um ou mais pontos de controle (checkpoints), que, coletarão e receberão informações relevantes relacionadas a consentimento prévio informado, a fonte do recurso genético, o estabelecimento de termos mutuamente acordados e/ou utilização de **recursos** genéticos.

Conclusões.

O que é realmente importante debater e discutir são os impactos (seja como país provedor ou como país usuário), além do custo de transação em implantar o regulatório necessário para dar transparência aos países usuários, ou ainda, estabelecer critérios de acompanhamentos claros sobre a legislação de cada um dos países que são Partes, seja para monitorar o acesso e uso da biodiversidade brasileira utilizada pelos países Partes, ou ainda, para apurar o critério utilizado por estes países para fins de repartição de benefícios.

Considerar a ratificação como uma oportunidade ou uma perda, dependerá fundamentalmente da capacidade do país demonstrar que pode gerir, com eficiência, esta via de mão dupla, que representa a repartição de benefícios para o Brasil.

Seria ingênuo acreditar que a condição de país megadiverso, por si só, representaria uma condição certa de sucesso. Não é raro a substituição de matérias-primas na indústria, por uma série de razões (preço, qualidade, apelo comercial etc.). O interesse pelo P&D e fabricação de produtos contendo ativos da biodiversidade brasileira dependerá de condições comerciais que sejam competitivas para outros países. Assim, o Protocolo poderá representar um excelente negócio ou um grande fracasso, dependendo da disponibilidade de regras claras e factíveis.

Ainda que haja uma enorme complexidade regulatória pela frente, não há como o Brasil ficar de fora da discussão. Apenas se sentando na mesa com as outras Partes é que o país poderá discutir e buscar estabelecer o diálogo, gerando valor para os seus ativos e fazendo com que a bioeconomia possa representar um fator de transformação social, culminando inclusive em diminuição de pobreza e desigualdade.

1- 126 países já ratificaram o Protocolo de Nagoia, inclusive a Comunidade Europeia.

Continuação: A ratificação do Protocolo de Nagoia e os reflexos para a indústria cosmética

2- A interpretação do Protocolo far-se-á com uma leitura harmônica entre este e a CDB, vez que a Convenção é que define os conceitos e obrigações necessárias para a compreensão do Protocolo.

3- Lei 13.123/15 - artigo 35 e seguintes.

4- Lei 13.123/15 - Artigo 17 e seguintes.

*Luiz Ricardo Marinello é mestre em Direito pela PUC/SP, professor da INSPER/SP, coordenador adjunto da Comissão de **Transferência** de Tecnologia e Franquias da **ABPI**; colunista da Revista da ASPI, sócio de Marinello Advogados.

INPI concede o primeiro alto renome da Hypera para a marca Neosoro



O alto renome assegura proteção especial às marcas em todos os ramos de atividades, sendo exceção ao princípio da especialidade. Isso significa que a marca ficará protegida no Brasil em qualquer segmento de atuação, pelo prazo de dez anos. A partir do último ano de vigência já é possível encaminhar ao **INPI** novo requerimento de reconhecimento do alto renome da marca em questão.

Segundo Renata Monteiro de Almeida, sócia da Daniel Advogados, o alto renome auxilia no combate à diluição da marca, evita o prejuízo à sua reputação por associações indevidas e é uma ferramenta muito útil para impedir o aproveitamento parasitário por terceiros.

"No caso da indústria farmacêutica, por exemplo, a associação indevida com produtos ou serviços prejudiciais à saúde gera um risco de dano à reputação da marca que é mais facilmente combatido pelo titular do alto renome", explica Monteiro.

Para obter essa proteção especial, é imprescindível a demonstração de determinados requisitos: reconhecimento da marca por ampla parcela do público brasileiro em geral; qualidade, reputação e prestígio que o público brasileiro em geral associa à marca e aos produtos ou serviços por ela assinalados; e grau

de distintividade e exclusividade do sinal marcário em questão.

Para Renata, a apresentação de documentos que comprovem tais requisitos (i.e., pesquisas de mercado, divulgações na mídia, reconhecimentos, histórico da marca) são imprescindíveis para demonstrar ao **INPI** que a marca detém um alto nível de reconhecimento pelo público, resultantes da sua tradição e qualificação no mercado, de forma que a sua fama ultrapassa as fronteiras do seu segmento de mercado.

"No caso em questão, a Hypera passa a integrar o seleto grupo de titulares de marcas de alto renome no Brasil", conclui Monteiro.

MIGALHAS nº 4.914



Quarta-Feira, 12 de agosto de 2020 - Migalhas nº 4.914.

Fechamento às 11h03.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

Deschamps, Grützmacher e Advogados Associados

()

"A 'honra dos brancos' é a superstição de uma raça atrasada no seu desenvolvimento mental, que adora a cor pela força que esta ostenta e lhe empresta virtudes que ela por si só não tem."

Joaquim Nabuco

Ligação criminosa

"Seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça, agia de forma extremamente dis-

creta." Com estas palavras e atribuindo à raça do acusado sua ligação com o crime, a juíza de Direito Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, condenou um homem por integrar organização criminosa. ()

Que coisa!

Em recente encontro virtual migalheiro, com o sugestivo nome de "vidas negras importam", e que contou com a ilustre participação do ministro Luís Roberto Barroso, ouviu-se muito dos participantes que no Brasil ainda há muito a ser feito na questão do racismo. A julgar pela nota anterior, o trabalho é grande.

Cada uma

De qualquer lado que se entenda a frase da meritíssima, ela é condenável. De fato, a frase só é ambígua quanto ao trecho ao qual incide o sintagma "em razão de sua raça". Quanto ao preconceito, é claríssima! Que horror! ()

Indenização

Sentindo-se ofendido pelo ministro Gilmar Mendes, o procurador Deltan Dallagnol, ao invés de ingressar com ação contra S. Exa., deliberou ir ao juizado especial cível Federal de Curitiba e processar a União para que esta, depois, sendo o caso, entre com regresso contra o ministro. No caso, a União foi condenada por um juiz Federal da capital paranaense, Flávio Antônio da Cruz, a pagar 59 mil pilas ao procurador do Telegram. Sobre o caso de o procurador escolher o juizado cível Federal do Paraná, e processar a União, quer nos parecer que ele temia o confronto direto com ministro, e que tinha medo dos eventuais honorários no caso de perda. Por fim, colocou também um limite para sua honra: 60 salários mínimos. Ambicioso o rapaz. ()

Golpe no

Facebook e Oi devem indenizar vítima de golpe no WhatsApp. Um contato da autora solicitou dinheiro, e por acreditar ser seu conhecido, imediatamente transferiu o valor; mas a conta havia sido clonada. Justiça de GO fixou ressarcimento do valor transferido, além de dano moral. ()

Foro privilegiado

O PGR Augusto Aras ajuizou nada menos que 17 ações contestando no Supremo Constituições estaduais que atribuem foro por prerrogativa de função a autoridades que não são listadas na CF. Entre as autoridades beneficiadas pelas Cartas Estaduais, defensores públicos, delegados, procuradores e até reitor de universidade. ()

Foro privilegiado - II

O grande vespeiro, como todos sabem, é o foro privilegiado dos membros do Judiciário. Ainda em 2018, meses após a decisão do Supremo, a Corte Especial do STJ teve a oportunidade de restringir o foro privilegiado de um desembargador por crime sem relação com o exercício do cargo; mas pela restrição do foro votaram apenas Salomão, Maria Thereza e Campbell ().

Cofins - Escritório de advocacia

Está em julgamento virtual no STF recurso de interesse da advocacia, que conta até mesmo com pedido de habilitação do CFOAB. Numa discussão acerca da isenção da COFINS para escritórios de advocacia, a Fazenda tenta reverter decisão obtida por uma banca, forçando o conhecimento de um recurso manifestamente indevido, ao arrepio das regras processuais. A intenção é que o Pleno do STF negue sua própria jurisprudência, conhecendo um recurso no qual a Fazenda Nacional não recolheu previamente a multa por litigância de má-fé prevista no artigo 557, § 2º do CPC/73. Melhor explicando, é que a in-

terposição dos embargos de divergência pela Fazenda se deu na vigência do antigo compêndio adjetivo, quando a regra aplicável, como bem sabe o migalheiro, era da obrigatoriedade do recolhimento prévio da multa como requisito sine qua non de conhecimento do recurso, conforme entendimento absolutamente consolidado do STF. Porém, no caso, talvez pelo excesso de trabalho oriundo da pandemia, esse entendimento estava sendo olvidado, mas em boa hora aqui recordado (AI 597.906). Veja a manifestação da OAB, .

Reajuste de servidores

STF concluiu julgamento que tratou da possibilidade de reverter decisão que concedeu reajuste a servidores. Segundo entendimento da Corte, é possível modificar decisão transitada em julgado que havia estendido a servidores da Justiça Eleitoral do Ceará reajuste de 84,32% relativo ao IPC de março de 1990. ()

Reajuste de servidores - II

O caso da migalha acima tramita no Supremo desde 2008 e embora o ministro aposentado Eros Grau tenha se manifestado no processo em 2010, coube a Luiz Fux, sucessor da cadeira, dar o voto de minerva. Isso aconteceu pois o presidente da Corte, ministro Toffoli, declarou-se impedido. ()

Nomeação em concurso

Pedido de vista do ministro Edson Fachin suspendeu julgamento no plenário virtual de processo com repercussão geral acerca de ação judicial para nomeação após prazo de validade de concurso. É o segundo pedido de vista no caso e há, até o momento, duas linhas de decisão. Veja. ()

Lei inconstitucional

Órgão Especial do TJ/RJ declara inconstitucionalidade da lei complementar 272/17, do

município de Macaé. A norma transformou o cargo de "assistente jurídico" em "advogado municipal" e, segundo o colegiado, viola os princípios do concurso público e da moralidade administrativa. ()

Brasileirão

Globo não terá exclusividade para transmitir jogos do Brasileirão. Decisão é da juíza de Direito Priscila Miranda Botelho da Ponte, da 3ª vara Cível do Rio de Janeiro, ao destacar que após a MP 984/20 cabe ao clube mandante da partida o direito exclusivo de arena, e não mais aos participantes de forma conjunta. ()

Alto renome

INPI concede o primeiro alto renome da Hypera para a marca Neosoro. Escritório Daniel Advogados foi o responsável pela conquista que garantiu a concessão do primeiro alto renome. ()

Dirigente sindicato - Indicação empregador - Estabilidade - Precedente

A partir da próxima sexta-feira (14/8), o STF julgará no plenário virtual uma interessante questão. Trata-se de recurso que versa sobre a extensão da estabilidade provisória sindical ao empregado eleito dirigente do sindicato patronal por indicação do empregador (1.008.866). O TST negou o direito dizendo que a referida estabilidade só beneficiaria o empregado eleito para a representação profissional. Há, porém, um valioso precedente em sentido diverso do próprio STF, do ano de 2000, que reconheceu, sim, o direito do empregado (RE n.º 217.355-5, 2ª turma, de relatoria do saudoso ministro Mauricio Correa). Na época, o ministro Marco Aurélio integrou o quórum daquele julgamento.

Novo Apoiador

Constituída em 1990 por Genésio Deschamps e Marcos Grützmacher, a banca Deschamps, Grützmacher e Advogados Associados, ao longo de seus 30 anos,

consolidou-se no mercado do Direito Empresarial exibindo grande aptidão, embasando e suplementando as estratégias dos clientes, no formato legal mais adequado. Sediada em Blumenau/SC, desenvolve uma advocacia nacional e internacional, dando suporte jurídico necessário às operações e negócios, de forma qualificada e ética, de forma que o administrador disponha de um integral assessoramento e conhecimento de todos os efeitos que seus atos terão nas esferas fiscais, trabalhistas, societárias, criminais e comerciais, alcançando com isso uma gestão empresarial focada na geração do lucro e da produtividade. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

Mural Migalhas

Abaixo estão listadas as cidades nas quais algum colega está efetivamente precisando de um correspondente:

MG/Alvinópolis

MG/Sapucaí-Mirim

MT/Itanhangá

PE/Belo Jardim

RS/Crissiumal

RS/Mostardas

RS/Sananduva

SP/Buri

SP/Santa Rita do Passa Quatro

SP/São Bento do Sapucaí

Não deixe oportunidades passarem. Cadastre-se como um Correspondente Migalhas. ()

Acompanhante em partos

A juíza de Direito Danielle Rodrigues da Silva, da 1ª vara Cível de Cataguases/MG, determinou que um hospital do interior do Estado libere a presença de acompanhantes nos partos realizados durante a pandemia. O impedimento havia sido adotado pela unidade de saúde como medida de prevenção contra o coronavírus . ()

Seguro-desemprego

O juiz Federal José Maximiliano Machado Cavalcanti, da 28ª vara do JEF da 5ª região, determinou que a União pague parcelas de seguro-desemprego a homem que teve o auxílio negado por ser sócio de empresa. O magistrado constatou que o desempregado era presidente de associação, e o fato não constitui óbice ao deferimento do seguro . ()

Concurso

Candidato eliminado em concurso por ser portador de déficit de atenção e hiperatividade deve continuar no certame. Decisão é do juiz Federal substituto Bruno Anderson Santos da Silva, da 3ª vara Federal da SJ/DF. ()

Abstenção de voto

Dispositivo da Câmara de Itajaí/SC que permite abstenção de voto é inconstitucional. Para magistrada, abstenção é "ato de covardia" e não se compatibiliza com os princípios constitucionais. ()

Execução fiscal

Empresa de transportes que sofreu bloqueio em execução fiscal conseguiu liberação dos valores para pagamento dos salários dos funcionários. Decisão é do juiz de Direito Douglas Marcel Peres, da 2ª vara de Execuções Fiscais Estaduais de Curitiba/PR . ()

Saúde - Contratos

Plano de saúde consegue efeito suspensivo de decisão que determinou a manutenção de contrato com hospital. O relator João Batista Barbosa, juiz convocado no TJ/PB, considerou "evidente prejuízo para a agravada a manutenção de contrato que lhe onera em cerca de R\$ 500.000,00 mensais, quando em substituição já efetivou a contratação de outro Hospital com o mesmo objetivo, representando um acúmulo de despesa desnecessária". O escritório Coriolano Dias de Sá Advogados Associados defende o plano de saúde. ()

Atraso em voo

Passageiros que chegaram ao destino final da viagem 21 horas após o originalmente contratado não serão indenizados por companhia aérea. Para 21ª câmara de Direito Privado do TJ/SP, a empresa prestou assistência aos consumidores ao oferecer hospedagem e alimentação. A companhia foi defendida por Albuquerque Melo Advogados, sob a liderança de Renata Belmonte. ()

CCB e CCR

Advogados do escritório Cascione Pulino Boulos Advogados detalham a regulamentação de CCB e CCR por instituições financeiras, editada por circular do Banco Central. ()

Parcelas suspensas

O juiz de Direito Ricardo Silveira Dourado, da 8ª vara Cível de Goiânia/GO, concedeu liminar para suspender a cobrança de parcelas de lote após incorporadora se recusar a fazer o distrato. A compradora alega que em razão da pandemia não teria como manter as parcelas em dia. O advogado Sérgio Merola (Sérgio Merola Advogados Associados) atua na causa. ()

A hora é agora!

Quer ampliar seus contatos no mercado jurídico? En-

tão a hora é agora. Em clima de comemoração ao dia do advogado, a seção Migalhas Correspondentes traz descontos especiais. Não fique de fora. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoadores de Migalhas

Flexibilização fiscal

Ministro Mauro Campbell, do STJ, e o procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano, são os convidados do webinar do Instituto de Garantias Penais (IGP) de amanhã, às 11h. Eles falarão sobre "Meios de flexibilização fiscal em tempos de pandemia". A conversa será mediada pela advogada e ex-procuradora da Fazenda, Cristiane Oliveira. ()

Eleições 2020

Quais os principais desafios e superações das eleições 2020? Para responder a essa pergunta, Migalhas promove interessante encontro entre o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, e o jornalista político Alexandre Garcia. Na pauta de discussão: voto consciente, mulheres no poder, pandemia, entre outros palpitantes temas. Dia 14/8 , às 15h. ()

Arbitragem

O que tem ocorrido de novo no mercado arbitral? Quais as principais atualidades do procedimento arbitral? Para responder a essas perguntas, Migalhas reuniu um time de especialistas no webinar que acontecerá no dia 17/8 , às 17h, em parceria com a CAMES. ()

Venda de ativos

Tema que vem sendo muito discutido durante essa pandemia, a venda de ativos por empresas em recuperação judicial é o mote do webinar que Migalhas realiza dia 19/8 , às 17h. As advogadas es-

pecializadas em insolvência Renata Oliveira (Machado Meyer Advogados), Luciana Celidonio (Tauil & Chequer Advogados) e Fernanda Neves Piva (Pineiro Neto Advogados) tratarão de venda direta, venda de unidades produtivas isoladas, sucessão, cláusulas típicas e preservação dos atos de venda praticados conforme plano. ()

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O nosso planeta enfrenta desafios econômicos, sociais e ambientais concretos. Para combatê-los, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definem as prioridades e aspirações globais para eliminar a pobreza extrema e colocar o mundo numa trajetória sustentável. Para nos contar a implementação prática das ODS, representantes das empresas Embraer e Tetra Pak participam de webinar realizado pelo Migalhas em parceria com a LEMOS Advocacia Para Negócios. Dia 25/8 , às 17h. ()

Migalhas

O lugar para ver e ser visto é aqui !

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoadores de Migalhas

Colunas

Porandubas políticas

No meio da turbulência, Bolsonaro tem o que comemorar. Segundo Gaudêncio Torquato, no campo da tragédia, gaba-se de o país não ser um dos primeiros na equação óbitos por milhão de habitantes; e a comemoração maior é a melhoria de sua avaliação na paisagem nordestina, conquistando a região com o auxílio emergencial de R\$ 600,00 . ()

Meio de campo

Na coluna de hoje, o advogado José Francisco C.

Manssur apresenta o conceito de ditadura do associativismo na organização e administração do futebol brasileiro, responsável pela resistência a qualquer movimento modernizador, tanto no plano legislativo como no plano organizacional dos clubes. ()

Migalhas Notariais e Registrais

Pai que esqueceu de dispensar o filho de colacionar um imóvel na escritura de doação pode ou não suprir essa falta por uma escritura pública posterior? O professor Carlos E. Elias de Oliveira esclarece a questão. ()

Novos Horizontes do Direito Privado

A evolução do contrato e o seu controle judicial, por Carlos Alberto Garbi. ()

Gramatigalhas

A leitora Rute Campos envia à coluna Gramatigalhas a seguinte mensagem:

"O correto, para aplicar um veto a um projeto de lei, é apor veto ou opor veto?"

Se você também quer saber o que o Dr. José Maria da Costa pensa a esse respeito, então .

Ebook

Mais de 2.800 respostas a dúvidas de leitores em um clique! Adquira agora a versão digital do "Manual de Redação Jurídica". É só clicar aqui !

Migalhas

O lugar para ver e ser visto é aqui !

Migalhas de peso

Astreintes

As advogadas Flávia Pereira Ribeiro e Fernanda Zambrotta assinam interessante artigo sobre as astreintes e os recentes parâmetros de fixação do STJ. ()

Inventário judicial e testamento

A advogada Mayara Santin Ribeiro, da banca Reis & Alberge Advogados, escreve sobre a cumulação de pedidos das ações de inventário judicial e de testamento. ()

Novo Mercado de Gás

Com um ano de vigência do "Novo Mercado de Gás", o advogado Felipe Fernandes Reis, do escritório Marcelo Tostes Advogados, trata de uma das medidas para proporcionar a competição do setor de gás natural, envolvendo o compromisso de cessação de conduta entre a Petrobras e o Cade, como a desverticalização e a dispersão de seus ativos de transporte e distribuição de gás natural . ()

Mercosul

Maria Cecília Cury Chaddad, Igor Rodrigues Britto e Mariana Gondo dos Santos assinam artigo sobre a desigualdade de vozes no Mercosul. "Nos debates do grupo, encontramos enorme desigualdade entre representantes do setor produtivo e representantes da sociedade civil. Faltam, assim, vozes que tragam as perspectivas da sociedade." ()

Advocacia

Para o advogado Fábio Roberto Gaspar, presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo (SASP), mesmo com o retrocesso democrático, a advocacia "continuará a lutar pelo Estado de Direito, pelas prerrogativas da profissão, pelo direito de defesa, pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras". ()

Seguro garantia judicial

Em artigo, Sergio Fasolari, CEO da Merit Seguros, explica como contratar o seguro garantia judicial. ()

Exclusão do ICMS

Do escritório Braga & Garbelotti - Consultores e Advogados, a advogada Bianca Soares de Nóbrega aborda a recente decisão do STF sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. ()

Cadastro de contribuintes - ICMS

O advogado Pedro Becker Calheiros Correia de Melo, do escritório Martorelli Advogados, trata da inconstitucionalidade de decreto do Estado de Alagoas sobre o cadastro de contribuintes de ICMS e o recolhimento do tributo. ()

Transação tributária

Os advogados André Luiz Fonseca Fernandes e Andréa Mascitto (Pinheiro Neto Advogados) trazem algumas questões decorrentes da disciplina da transação tributária no contencioso. Confira! ()

Migalhas de peso - Pandemia

Redução de jornada

A advogada Paula Landim Nazaré e o professor Ricardo Calcini (Ricardo Calcini | Cursos e Treinamentos) tecem importantes considerações sobre o decreto 10.422/20, que regulamentou a prorrogação dos prazos previstos na lei 14.020/20, no que tange à redução da jornada de trabalho e à suspensão do contrato de trabalho. ()

Audiências virtuais

Haverá um "novo normal" pós-pandemia acerca das audiências por videoconferência? Confira opinião da advogada Maria Lúcia Lins Conceição, do escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins & Sato Advogados. ()

Mudanças

O advogado Douglas Lima Goulart (Instituto DNA Diálogos da Nova Advocacia) aborda a vicissitudes da advocacia diante da pandemia. ()

Violência contra a mulher

Flavio Goldberg (Flavio Goldberg Advogados) e Wafa Kadri tratam da violência contra a mulher, principalmente no âmbito domiciliar, que vem sendo aflorada com a crise pandêmica. ()

Comparamos seu precatório!

precatorios.migalhas.com.br

WhatsApp Migalhas

Receba notícias direto no seu celular.

para se cadastrar.

Business

Trench Rossi Watanabe assessorou a chinesa SPIC em projetos de energia no Porto do Açu (RJ). A operação também contempla a participação da empresa nos futuros projetos de expansão como parte da estratégia geral para o hub de gás doméstico e energias renováveis. ()

Mentoria

Andrade Maia Advogados cria "Programa de Mentoria Voluntariada" para preparar estudantes negros do curso de Direito para o mercado de trabalho. Projeto é desenvolvido em parceria com a "Empodera". Cinco jovens do RJ e de SP foram selecionados para a primeira turma, que terá a orientação dos sócios das áreas trabalhista, tributária e cível por três meses.

Lançamento

Foi realizado ontem, em webinar comemorativo ao 11 de agosto, o lançamento da obra "A Cátedra de processo civil no Largo de São Francisco", de José Rogério Cruz e Tucci. Assista o valioso encontro clicando aqui e adquira seu exemplar aqui .

Semana do Advogado - Livraria Migalhas

Corra e aproveite o desconto especial de 20% na Livraria Migalhas. Válido para todas as obras (exceto livros que já estão em promoção e lançamentos do mês). É só clicar aqui .

Baú migalheiro

No dia 12 de agosto de 1877, há 143 anos, o inventor norte-americano Thomas Edison anunciava o fonógrafo, sua primeira grande invenção. Edison o produziu enquanto trabalhava em uma forma de gravar a comunicação telefônica em seu laboratório. Seu trabalho o levou a fazer um experimento com uma caneta sobre um cilindro de papel alumínio, que, para sua surpresa, reproduziu uma curta canção que ele tinha gravado. Edison deixou a invenção para trabalhar na lâmpada incandescente, enquanto outros inventores aprimoraram o fonógrafo. (Compartilhe)

Migalhíssimas

José Alberto Couto Maciel, sócio da Advocacia Maciel, participa hoje do "X Congresso Internacional da Academia Brasileira de Direito do Trabalho". Ele falará sobre o mercado de trabalho e as transformações empresariais. () Hoje, às 17h, a live semanal de Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados contará com a presença da advogada criminalista e eleitoralista Juliana Bertholdi. A conversa sobre crimes eleitorais terá a mediação de Marlus Arns de Oliveira e será transmitida ao vivo no Instagram pelos perfis @marlusarns e @juliana.bertholdi. Nos últimos tempos, empresas têm recorrido cada vez com mais frequência a investigações internas para apurar suspeitas de irregularidades. Para debater o assunto, Veirano Advogados realiza o webinar "In-

vestigações corporativas: Aspectos trabalhistas e de Compliance". Amanhã, às 10h. () Tito Andrade, CEO e sócio do escritório Machado Meyer Advogados, é um dos debatedores convidados do webinar produzido pela FGV Direito SP, que acontece amanhã, às 15h. Como o mote "Os efeitos da pandemia no ensino e nos serviços jurídicos", o evento online irá discutir sobre a adaptação do setor jurídico à nova realidade do País e será transmitido ao vivo pelo canal da instituição no YouTube. () Fabio Lucato, sócio de Chediak, Lopes da Costa, Cristofaro, Simões Advogados, será um dos palestrantes da parte II do webinar "Compliance em Tempos de Pandemia: Governança Corporativa como ferramenta estratégica para as empresas - durante e após as crises". O encontro, organizado pela Comissão de Estudos de Compliance da OAB/SP, acontece amanhã, às 18h. () Dia 14/8, às 10h, o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) lança sua jornada de debates sobre as reformas tributárias. O evento inaugural contará com os ministros Gilmar Mendes (STF) e Regina Helena Costa (STJ), e os advogados tributaristas Misabel Derzi (Sacha Calmon - Misabel Derzi Consultores e Advogados) e Hamilton Dias de Souza. A mediação ficará a cargo de Tarsila Fernandes e Rafael Fonseca. () Antonio Carlos de Oliveira Freitas, sócio de Luchesi Advogados, participa do evento online "Agro em debate: questões atuais", promovido pela OAB/MT, ao lado de Maria A. B. Pacheco e Ricardo Tomczyk. Ele debaterá o tema "Título de Crédito Eletrônico e Agronegócio". Dia 14/8, às 15h. () Escritório De Lima Assafim e Advogados Associados participa do "III CONIBADEC - Ciclo de palestras de Direitos Fundamentais", que acontece até 14/8. O evento faz uma reflexão jurídica para um mundo em transição. () "Direito concorrencial: questões relevantes para o Compliance" é o tema do webinar promovido pelo Insper dia 17/8, às 11h. Participam como palestrantes Bárbara Rosenberg, sócia do BMA - Barbosa, Müssnich, Aragão, e Guilherme Ribas, sócio de TozziniFreire Advogados. A mediação fica a cargo da professora Marina Pinhão Coelho de Araújo, sócia de Costa, Coelho Araujo e Zaclis Advogados. () Dia 17/8, às 17h, o Ibedaft - Instituto Bra-

sileiro de Estudos de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário, presidido por Kiyoshi Harada, sócio de Harada Advogados Associados, promove debate ao vivo com o objetivo de enviar ao presidente da Câmara manifesto a respeito do PL 3887/20. O evento contará com a presença de Eduardo Jardim, Fernando Scaff, Roque Carrazza e Heleno Torres. A mediação será conduzida pelo advogado tributarista Marcelo Harada. () Em webinar gratuito, no dia 27/8, às 15h, o escritório Licks Attorneys analisa a aplicação da lei anticorrupção norte-americana (FCPA) em 2019. O evento será conduzido pelo sócio e especialista em compliance, Alexandre Dalmaso. Maria Lúcia Benhame (Benhame Sociedade de Advogados) falou sobre "Gerenciamento das Relações de Trabalho por Instrumento Coletivo", na reunião aberta da APRES, que aconteceu na última sexta-feira, 7/8. Assista ao encontro. ()

Novidades

Devido a quantidade e relevância das adaptações legislativas e doutrinárias, o autor Luciano Souto Dias reuniu 32 juristas para fornecer aos profissionais do Direito um material atualizado para atuação diária no âmbito jurídico. Assim nasceu a obra "Repercussões da Pandemia Covid-19 no Direito Brasileiro", da Editora JH Mizuno. ()

Mês do advogado

A FADI - Faculdade de Direito de Sorocaba realiza evento solidário em comemoração ao mês do advogado, discutindo temas relacionados à Advocacia 4.0. A programação de palestras acontece na sexta-feira, 14/8, e terá início às 9h. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas pelo e-mail .

Inclusão digital

Dia 16/8, o programa "Projetos e Ações: Projeto Vo-vó Hi Tech" será transmitido ao vivo e on-line pelo canal Instituto Ludovico TV no YouTube, às 20h. A inscrição será necessária se o interessado quiser de-

claração de participação para horas suplementares. ()

Alienação parental

AASP realiza amanhã, às 17h, o webinar gratuito "Alienação parental: debates sobre os 10 anos da Lei 12.318/2010". Participam do evento os expositores Glícia Brazil, Gerardo Carnevale Ney da Silva e Eduardo Lemos Barbosa. ()

Procedimento de notificação

Amanhã, a partir das 19h30, especialistas do CORI-MG se reunirão para conversar como deve ser realizado o procedimento de notificação na Regularização Fundiária Urbana. Para acompanhar o encontro, acesse o canal do YouTube do Colégio. ()

Controladoria jurídica

Radar - Gestão para Advogados realiza dias 10 e 11/9, das 9 às 17h, a 49ª edição do "Curso On-line Completo de Controladoria Jurídica", ministrado por Samantha Albini. Implante ou aprimore a Controladoria com quem é pioneira e maior referência no assunto. ()

Defesa da democracia

Instituto Victor Nunes Leal - IVNL e IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros promovem, hoje, debate sobre o tema "A defesa da Democracia". O webinar terá como palestrantes o advogado Pedro Gordilho, ministro Carlos Ayres Britto (Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia) e ministro Fernando Neves, sob mediação da desembargadora Mônica Si-fuentes e com a participação de Sérgio Tostes e Carlos Eduardo Machado. O evento será transmitido pelo canal do YouTube TVIAB. ()

Sortudo

Sorteio - Dia do Advogado : A premiada com o "Box

Coleção Migalhas Literárias" é Silvaneide da Conceição Batista, de Lucas do Rio Verde/MT. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas também é cultura!

Monteiro Lobato | Joaquim Manuel de Macedo | Padre Antônio Vieira | Luís Roberto Barroso | Joaquim Nabuco | Paulo Bomfim | Lima Barreto | Olavo Bilac | Bernardo Guimarães | Camilo Castelo Branco | Aluísio Azevedo | Bastos Tigre | Rui Barbosa | Machado de Assis | Euclides da Cunha | Eça de Queirós | José de Alencar

e acesse mais títulos

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Harris Joins Biden Ticket, Achieving A First"

The Washington Post - EUA

"In historic move, Biden selects Harris for VP"

Le Monde - França

"Présidentielle américaine: pourquoi Joe Biden a choisi Kamala Harris"

Corriere Della Sera - Itália

"Zaia cancella dalle liste i consiglieri del bonus Sí del Garante alla pubblicazione dei nomi"

Le Figaro - França

"Covid: controverse autour de l'annonce d'un vaccin par Vladimir Poutine"

Clarín - Argentina

"Polémica entre el Gobierno y la oposición por los cinco meses de la cuarentena"

El País - Espanha

"Colau se suma a la rebelión de los alcaldes y complica el plan del Gobierno"

Público - Portugal

"Notas de 19 e 20 nos exames do secundário quase duplicaram"

Die Welt - Alemanha

"Weißrussland: Chefin der Opposition flieht ins Ausland"

The Guardian - Inglaterra

"Generation at risk A-level chaos, warns Labour leader"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Em meio à crise, Justiça de SP quer elevar verba em R\$ 6,8 bi"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Sem provar eficácia, Rússia anuncia vacina contra vírus"

O Globo - Rio de Janeiro

"Guedes admite 'debandada' com saída de mais 2 secretários"

Estado de Minas - Minas Gerais

"Kalil admite ampliar abertura do comércio"

Correio Braziliense - Brasília

"Cientistas desconfiam de eficácia da vacina russa"

Zero Hora - Porto Alegre

"Proposta de Piratini prevê retomada de aulas presenciais a partir do fim do mês"

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Direitos Autorais
3, 5, 9

Patentes
7, 10

Pirataria | Biopirataria
8, 10

ABPI
10

Inovação
10

Marco regulatório | INPI
14, 15